

**QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Jozef SÍKELA****Parcerias internacionais****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

*Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Qual será a sua contribuição para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género em todas os domínios políticos que se inserem no âmbito da sua pasta? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva dos jovens?*

*Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?*

Pertencço a uma geração que teve de lutar pela sua liberdade. Em 1989, quando conquistámos essa liberdade, tinha 22 anos e, juntamente com outros estudantes, encontrava-me no coração de Praga, numa manifestação contra o regime comunista. Mais tarde, a nossa geração teve outro sonho: passar a integrar a União Europeia. O dia em que concretizámos esse sonho foi histórico. Conheço profundamente, por tudo isto, a atratividade da União Europeia e dos valores que representa. Seria para mim uma enorme honra ter a oportunidade, enquanto comissário responsável pelas Parcerias Internacionais, de potenciar essa atratividade e fazer beneficiar desses valores milhões de pessoas em todo o mundo.

Nos últimos 30 anos, o produto interno bruto (PIB) checo mais do que quintuplicou. Esta conquista não teria sido possível sem investimentos significativos em infraestruturas, produção interna e capital humano, o que nos permitiu integrar-nos nas redes mundiais de comércio e investimento. Nada disto poderia ter sido alcançado sem a nossa integração na União Europeia.

Como poderei contribuir para estes propósitos? Em primeiro lugar, possuo vasta experiência internacional, tanto no setor público como no privado. Por exemplo, no setor privado, fui membro do conselho de administração do Erste Group Bank AG e supervisionei as suas operações em doze países europeus, assim como nas sucursais de Nova Iorque e de Hong Kong. Estas funções permitiram-me obter bons conhecimentos sobre os mercados financeiros internacionais e sobre financiamento de projetos em grande escala, o que constitui uma experiência muito relevante para poder aplicar a Estratégia Global Gateway, uma vez que a mesma implica uma mobilização de investimentos e a estruturação de instrumentos financeiros.

Por outro lado, também já desempenhei funções políticas. Enquanto ministro da Indústria e do Comércio da República Checa, concentrei-me na modernização do setor da energia, no reforço da segurança energética e na atração de investimentos estratégicos. Entre outros objetivos, procurei diversificar o aprovisionamento energético, investir em projetos de infraestruturas críticas, tais como terminais de gás natural liquefeito, e promover fontes de energia renováveis. Estas iniciativas contribuíram diretamente para os objetivos estratégicos da União Europeia em matéria de sustentabilidade, independência energética e segurança económica. A experiência adquirida permitiu-me adquirir as competências necessárias para fazer avançar as transições ecológica e digital para lá das fronteiras da Europa. A pasta das Parcerias Internacionais, pedra angular da nova política económica externa da UE, está em absoluta consonância com as minhas prioridades e experiência profissionais.

Tenciono aplicar o meu conhecimento relativo ao financiamento de projetos internacionais em grande escala para fazer avançar a agenda estratégica da Comissão. Darei prioridade à promoção de parcerias abrangentes, assentes na igualdade, no respeito mútuo e em valores comuns, sem perder de vista os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, garantindo que nenhum país é deixado de fora. Pretendo tirar o máximo partido de iniciativas como a

Estratégia Global Gateway para a política económica da UE. Ao promover investimentos em setores críticos — como a energia verde, as infraestruturas digitais, os transportes, a educação e a saúde —, poderemos igualmente promover o desenvolvimento sustentável, reduzir a pobreza, combater as causas profundas da migração irregular e reforçar a segurança económica.

Estou também profundamente empenhado em combater as desigualdades e em integrar as perspetivas de género e da juventude nos domínios abrangidos pela pasta para que fui indigitado. A igualdade de género é não só um imperativo moral, mas também uma necessidade económica. A participação plena das mulheres e das raparigas em todos os aspetos da vida pública, incluindo na tomada de decisões e na atividade económica, é essencial para construirmos sociedades sustentáveis e prósperas. Se a minha indigitação for confirmada, garantirei que a igualdade de género e a emancipação das mulheres e das raparigas continuarão a ser uma das prioridades das parcerias internacionais da UE, em sintonia com as metas ambiciosas estabelecidas no Plano de Ação III. O Plano de Ação para a Juventude no âmbito da ação externa da UE continuará a orientar os nossos esforços no sentido de envolver, capacitar e conectar os jovens a nível mundial. Assegurei igualmente o equilíbrio de género na minha equipa.

Estou empenhado em respeitar os mais elevados padrões éticos, como sempre fiz ao longo da minha carreira, tanto no setor privado como no público. Se a minha indigitação for confirmada, respeitarei escrupulosamente o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia, porei todas as minhas capacidades ao serviço do interesse da União Europeia como um todo, e terei todo o cuidado para evitar quaisquer conflitos de interesses. Notificarei imediatamente a presidente caso surja um potencial conflito de interesses. Exercerei sempre as minhas funções com integridade e transparência.

## **2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu**

*Compromete-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que sentido se considera obrigado a prestar contas perante o Parlamento?*

*Que compromissos específicos está disposto a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissão como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento informações e documentos em tempo útil em pé de igualdade com o Conselho?*

Acredito firmemente na democracia parlamentar. Se a minha indigitação for confirmada pelo Parlamento Europeu, assumirei a responsabilidade política pela pasta das Parcerias Internacionais, sem prejuízo do princípio da colegialidade, como estabelecido na minha carta de missão.

Subscribo plenamente o teor da minha carta de missão: «Procuraremos reforçar a nossa democracia, unir-nos em torno dos nossos valores e garantir que somos mais fortes internamente. Trabalharemos com os nossos parceiros internacionais e defenderemos melhor os nossos interesses em todo o mundo». Os valores europeus são um elemento fulcral do nosso diálogo com os países parceiros.

Enquanto ministro da Indústria e do Comércio da República Checa, tive a oportunidade de exercer funções de alto nível num governo de coligação. Nesse contexto, trabalhei em estreita colaboração com o Parlamento checo. Se a minha indigitação for confirmada, adotarei a mesma postura relativamente ao Parlamento Europeu. A existência de uma cooperação interinstitucional forte e a criação de consensos entre os diferentes intervenientes só podem fortalecer a democracia europeia.

Comprometo-me a aplicar o Acordo-Quadro sobre as Relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e o Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor.

Particparei nos debates das sessões plenárias e nas reuniões das comissões parlamentares do Parlamento Europeu, mantendo o Parlamento a par das minhas iniciativas e as da Direção-Geral das Parcerias Internacionais. Seguirei o compromisso assumido no Acordo-Quadro de responder às resoluções do Parlamento Europeu no prazo de 3 meses. Estou igualmente empenhado em assegurar que o colégio responda às resoluções do Parlamento nos termos do artigo 225.º em tempo útil e no respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e sobre legislar melhor. Fomentarei um diálogo estruturado com o Parlamento Europeu para assegurar o seguimento atempado das resoluções do Parlamento nos termos do artigo 225.º do TFUE.

Se a minha indigitação for confirmada, farei também por manter um diálogo estruturado permanente com a Comissão do Desenvolvimento e garantirei a transparência e a prestação de informações ao Parlamento Europeu antes de eventos de grande relevância e antes das principais fases das negociações internacionais. Manterei também o diálogo geopolítico de alto nível bianual estabelecido no âmbito do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional — Europa Global, (doravante «IVCDI — Europa Global»), um fórum indispensável para debater questões políticas fundamentais, incluindo a Estratégia Global Gateway. Tenho como objetivo articular-me convosco, com a Alta Representante/Vice-Presidente (doravante «AR/VP») e com os restantes comissários para continuar a reforçar a nossa interação.

Se a minha indigitação for confirmada, gostaria também de analisar com o Parlamento Europeu a possibilidade de incluir com mais frequência os deputados ao Parlamento Europeu nas missões da Equipa Europa a países parceiros.

Comprometo-me também a criar medidas tangíveis e eficazes de seguimento e de comunicação relativas à Estratégia Global Gateway, e a rever a forma como damos conta das ações da UE aos contribuintes europeus e nos países parceiros.

Procurarei reforçar o diálogo entre as partes interessadas na UE e nos países parceiros, dando especial atenção ao envolvimento das organizações da sociedade civil, e à organização dos diálogos anuais sobre a política da juventude.

Em conclusão, comprometo-me a ouvir, a estabelecer consensos, a melhorar o diálogo e a estabelecer uma relação de trabalho com o Parlamento Europeu para que possamos cumprir o nosso compromisso conjunto de contribuir para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### Perguntas da Comissão do Desenvolvimento

#### *3. Cooperação para o desenvolvimento relacionada com a política externa económica e a estratégia Global Gateway*

*O objetivo principal da cooperação para o desenvolvimento da União Europeia nos termos dos Tratados (artigo 208.º do TFUE) é «a redução e, a prazo, a erradicação da pobreza». As orientações políticas para a próxima Comissão Europeia no período 2024-2029, apresentadas pela Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e constantes da sua carta de missão, referem também o conceito de uma nova «política externa económica».*

*Neste quadro quais são, na sua perspetiva, os objetivos da política da UE para o desenvolvimento, como tenciona prosseguir-los na batalha geopolítica de propostas e narrativas e, em especial, como tenciona aplicar a estratégia Global Gateway? Neste contexto, como pretende potenciar a iniciativa Global Gateway e incentivar os investimentos do setor privado, e nomeadamente de empresas europeias, nas regiões em desenvolvimento e com benefícios mútuos? Que mecanismos serão criados para assegurar que estes investimentos se coadunam com as necessidades de desenvolvimento local, respeitam o objetivo principal da política de cooperação para o desenvolvimento da UE e envolvem os governos parceiros e os intervenientes da sociedade civil? Como tenciona criar um quadro sólido de acompanhamento e avaliação para os projetos financiados ao abrigo da iniciativa Global Gateway e assegurar a transparência e o controlo parlamentar do planeamento estratégico e da execução, em conformidade com o Regulamento IVCDI – Europa Global e as obrigações decorrentes do nosso Tratado?*

Tal como estabelecido nos Tratados, a erradicação da pobreza é o principal objetivo do trabalho da União Europeia nos países em desenvolvimento. A nível mundial, guiamo-nos pela Agenda 2030, globalmente reconhecida, e pelos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Se a minha indigitação for confirmada, serão estes os elementos que orientarão a minha missão.

A questão que se coloca é como melhor contribuir para estes objetivos. E, neste âmbito, prestarei especial atenção ao que tem funcionado melhor na prática. Ao longo da minha vida profissional, a minha prioridade tem sido apresentar resultados. E sei, por experiência própria, que o crescimento económico inclusivo e sustentável é o principal motor do desenvolvimento sustentável.

Ao longo das últimas décadas, as limitações do modelo tradicional doador-beneficiário têm-se tornado evidentes. Os países que melhor conseguiram reduzir a pobreza foram os que investiram no desenvolvimento de infraestruturas, na indústria transformadora interna e na educação, integrando assim as suas economias nos circuitos comerciais e de investimento a nível mundial.

É nisto que, atualmente, os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento procuram apoio. No século XXI, os países querem parcerias, não querem dependências. Procuram reforçar a sua resiliência aos choques externos, tal como nós fazemos. Precisam de criar postos de trabalho para as suas populações em crescimento. Sempre que a UE não responda a estas vontades, fá-lo-ão outros. Deixamos que outros o façam? É esta a escolha política que temos de fazer. Na minha opinião, a UE pode e deve aproveitar as oportunidades que tenha para interagir com parceiros de forma mutuamente benéfica. E fá-lo-emos de uma forma sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental.

No entanto, é fundamental que as questões relativas à dimensão sejam tidas em conta. A ajuda pública ao desenvolvimento, por si só, não é suficiente para enfrentar os desafios atuais. Desempenha um papel crucial, mas, para fazer verdadeiramente a diferença, tem de ser acompanhada de investimentos privados sólidos. Temos de adaptar a nossa abordagem a esse fim. A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos estima que o défice de investimento anual para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos países em desenvolvimento ascende atualmente a cerca de 4 mil milhões de EUR por ano, ao passo que a ajuda pública mundial ao desenvolvimento se situa na ordem dos 0,2 mil milhões de EUR por ano. A capacidade de mobilizar financiamento privado sustentável em grande escala é, por conseguinte, fundamental.

Estas considerações estão na base da mudança de paradigma na abordagem das parcerias internacionais pela UE, refletida na Estratégia Global Gateway.

É igualmente crucial que a UE adapte a sua oferta tendo em conta o contexto geopolítico de hoje. Nos últimos anos, tem havido uma multiplicação de ofertas alternativas. Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento têm mais opções de escolha. Tal conduziu a uma nova fluidez nas relações internacionais, em que coligações circunstanciais e relações de pendur transacional substituíram as alianças de bloco assentes em relações de exclusividade. Algumas dessas ofertas têm condicionalismos associados e são utilizadas para promover modelos de governação concorrentes.

Temos de demonstrar que a oferta da Europa é uma opção melhor. Uma oferta abrangente, qualitativa e sustentável, assente nos nossos valores, regras e padrões partilhados. A nossa oferta é melhor do que a dos nossos concorrentes. Estou convencido deste facto e temos de fazer mais para convencer disso os nossos parceiros.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei no sentido de «acompanhar a Estratégia Global Gateway desde a fase de arranque até à fase de expansão», como me incumbe de fazer a minha carta de missão. Trabalhando em estreita colaboração com a AR/VP e com os outros membros do colégio de comissários, iremos aperfeiçoar a nossa oferta, colocá-la no contexto de uma política económica externa mais ampla e acelerar a sua execução, nomeadamente através do aumento do investimento privado. Com uma vasta experiência no comércio internacional e em gestão, sinto ter condições únicas para cumprir este mandato.

Para este efeito, a abordagem da Equipa Europa é fundamental. Continuar a desenvolvê-la é uma prioridade para o meu mandato, caso a minha indigitação seja confirmada. Por razões de escala e de impacto, temos de reforçar a coordenação com os Estados-Membros da UE, com os seus bancos de desenvolvimento, com as suas instituições financeiras e com as suas agências de execução. Para que todos possam contribuir com o que fazem melhor. Tenho boas condições para compreender os desafios que as agências nacionais de menor dimensão enfrentam. No entanto, vejo que algumas das agências de menor dimensão já fornecem contributos valiosos através de entidades com competências especializadas no setor público e de contribuições financeiras direcionadas para fins específicos. Todos os Estados-Membros da UE têm algo significativo para contribuir. Para ganhar dimensão, temos de intensificar a mobilização de instrumentos de financiamento inovadores, com base em instrumentos de redução dos riscos, como garantias e instrumentos de financiamento misto. Estes instrumentos são cruciais para aumentar o financiamento do setor privado. Paralelamente, temos de trabalhar com os nossos parceiros para melhorar as condições de investimento do setor privado, uma vez que este pode trazer um valor acrescentado significativo para alcançar um desenvolvimento sustentável. Se a minha indigitação for confirmada, incentivarei todos os Estados-Membros da UE a participarem proativamente neste esforço. Tal começa pela coordenação de todos os intervenientes relevantes a nível nacional e pela identificação dos domínios em que estes podem contribuir da forma mais eficiente possível.

Ter uma política de parcerias internacionais forte no quadro de uma nova política económica externa implica também uma colaboração mais estreita com o Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu tem um papel fundamental a desempenhar na promoção de uma cultura de pendur mais estratégico no que respeita à cooperação. Tem também um papel central na conformação da nossa legislação interna com a nossa política externa — e o

impacto externo das nossas políticas internas nunca deve ser secundarizado. Tenho, por tudo isto, grande vontade de trabalhar em estreita colaboração convosco sobre estas questões.

Se a minha indignação for confirmada, o meu programa de trabalho vai, evidentemente, além da Estratégia Global Gateway, que não capta toda a amplitude das parcerias internacionais da UE. Embora esteja convencido de que a Estratégia Global Gateway é a forma mais eficiente de contribuir para os objetivos de erradicação da pobreza na maioria dos países, creio que não é aplicável universalmente. Nos países menos desenvolvidos, nas zonas de conflito, nos países em situação instável e em contextos complexos temos de nos concentrar nas necessidades mais imediatas da população em termos de alimentação, saúde e educação.

Penso também que a UE deve continuar a ser um interveniente fundamental nas políticas públicas, nomeadamente através dos nossos contributos para iniciativas e fundos a nível mundial. A agenda da UE, incluindo a Estratégia Global Gateway, promove uma abordagem a nível mundial assente nas suas regras e nos seus valores. Gostaria de reforçar a coordenação de políticas com outras organizações multilaterais. As organizações multilaterais continuam a ser parceiros importantes de execução. Apoiarei a AR/VP na garantia de que a UE continue a desempenhar um papel de liderança na reforma do sistema internacional, incluindo as Nações Unidas.

A nossa política de Parcerias Internacionais responde à procura dos nossos países parceiros. O processo de programação dos fundos da UE garante que os investimentos apoiam as estratégias de desenvolvimento sustentável dos países parceiros e que se alinham com as necessidades de desenvolvimento local. Reforçar a resiliência dos nossos países parceiros é do nosso interesse e do deles, mas a nossa capacidade de atuar dá-se, acima de tudo, em resposta às necessidades que os países parceiros expressam. Querem ser tratados como parceiros, em pé de igualdade, não como meros beneficiários subalternos. Através da Estratégia Global Gateway, procuramos estabelecer relações mutuamente benéficas.

Acredito que a participação da sociedade civil é fundamental para o êxito da Estratégia Global Gateway por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, pela inclusão e pela apropriação. A participação da sociedade civil é essencial para assegurar que as nossas intervenções e investimentos têm o efeito desejado nas realidades locais. A nível mundial, a UE mantém há muito um diálogo regular com as organizações da sociedade civil, a que foi agora acrescentada a nova Plataforma de Diálogo com a Sociedade Civil e com os Órgãos de Poder Local sobre a Estratégia Global Gateway. A nível nacional, mantemos um diálogo estruturado com as organizações da sociedade civil, nomeadamente sobre a programação.

Em segundo lugar, pela transparência e pela responsabilização. A execução da Estratégia Global Gateway exigirá transparência e responsabilização, e a participação da sociedade civil deve contribuir para tal. Sempre que seja possível estabelecer parcerias internacionais com intervenientes estatais fiáveis, o meu objetivo será garantir que a sociedade civil atue como «interveniente na governação» mais do que como mero «prestador de serviços». Sempre que o contexto seja de maior vulnerabilidade, a sociedade civil continuará a ser o nosso interlocutor preferencial e, em algumas circunstâncias, o nosso interlocutor exclusivo.

Um acompanhamento e uma avaliação transparentes são cruciais tanto do ponto de vista da eficiência como da apresentação dos resultados. A minha experiência no setor privado deixou-me plenamente consciente disto. Nos projetos financiados pelo orçamento da UE aplica-se o quadro de acompanhamento e de avaliação do IVCDCI — Europa Global. O Sistema de Monitorização do Desempenho da Europa Global, incluindo o Quadro de Resultados da Europa Global, é um quadro sólido, utilizado para as obrigações de comunicação de informações ao abrigo do IVCDCI — Europa Global, como, por exemplo, o relatório anual sobre a execução dos instrumentos de ação externa da UE. Foi acordada com os Estados-Membros uma metodologia para acompanhar os investimentos mobilizados, sendo que estão em curso trabalhos para aperfeiçoar esta metodologia e a sua comunicação coletiva. Se a minha indignação for confirmada, assegurarei que este trabalho avance rapidamente e com total transparência para com o Parlamento Europeu.

Sou apologista do escrutínio democrático e valorizo o papel que nele tem o Parlamento Europeu. Estou determinado a trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento Europeu, incluindo com a sua Comissão do Desenvolvimento, tal como previsto no âmbito do IVCDCI — Europa Global.

#### *4. Concretização dos ODS, combate às desigualdades e coerência das políticas*

*A carta de missão não faz qualquer referência a domínios fundamentais da política de desenvolvimento humano, como a saúde, a educação ou a segurança alimentar. Que medidas concretas tenciona tomar para reforçar a execução e a apresentação de relatórios sobre os ODS, incluindo as medidas relativas ao desenvolvimento*

*humano inclusivo, com base nos compromissos assumidos pela Comissão, em especial o limite mínimo de 10 % para a educação no quadro do orçamento para as parcerias internacionais, a saúde, a igualdade de género, a capacitação de mulheres e raparigas e a proteção das crianças, de forma a envolver simultaneamente os parceiros locais e reforçar e alargar a utilização do marcador de desigualdade? Tenciona operacionalizar a coerência das políticas para o desenvolvimento ao longo dos processos legislativos e políticos, incluindo uma avaliação ex ante e a apresentação de relatórios sobre o impacto de todas as iniciativas da Comissão nos nossos parceiros do sul global, a fim de assegurar que as políticas europeias em domínios como o comércio, as finanças, a segurança, a agricultura, as pescas, o clima, a biodiversidade, a energia, as matérias-primas e a migração criem sinergias, em vez de comprometer o papel da UE na promoção da consecução dos ODS a nível mundial?*

A Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são as linhas orientadoras para a elaboração de políticas da UE e, caso a minha indigitação seja confirmada, continuarão a ditar o meu rumo. Cada membro do colégio de comissários foi incumbido de assegurar a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no seu domínio de intervenção, com base nas conclusões da revisão voluntária da UE sobre a execução da Agenda 2030 apresentada às Nações Unidas em 2023, uma incumbência que foi confirmada na minha carta de missão: «Continuará a assegurar que a UE promova a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável».

A Global Gateway é o principal contributo da UE para a execução da Agenda 2030 além das fronteiras europeias. Ajuda a concentrar os recursos limitados da UE nos domínios em que podem ter maior impacto no desenvolvimento sustentável.

A melhoria das condições de vida e a redução das desigualdades estão no cerne da pasta das Parcerias Internacionais. O investimento no desenvolvimento humano ao longo de todo o ciclo de vida deve continuar a ser um elemento essencial e distintivo da nossa oferta. No confronto entre ofertas, o modelo social da UE é, em muitos sentidos, o nosso melhor cartão de visita.

O que distingue a Global Gateway é precisamente a sua abordagem holística. Combina investimentos em infraestruturas (por exemplo, em estradas, cabos, centrais fotovoltaicas) com investimentos que criam um ambiente propício à sociedade civil (por exemplo, em educação, competências, investigação, quadros regulamentares, boa governação), com o intuito de apoiar o desenvolvimento humano e capacitar os nossos parceiros. A educação e a saúde não são apenas prioridades temáticas, por si só, são também pré-requisitos para alcançar os outros objetivos da Estratégia Global Gateway, estando neles integradas. Refiro a seguir dois exemplos ilustrativos de como encaro esta abordagem holística.

1. A educação é um elemento dinamizador da Estratégia Global Gateway. O crescimento económico depende da existência de mão de obra com competências e qualificações adequadas. Um sistema educativo sólido é fundamental para impulsionar a inovação e apoiar as transformações digitais e ecológicas. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono continuar a investir no reforço dos sistemas educativos, na promoção do desenvolvimento na primeira infância e na educação das raparigas, no ensino técnico e profissional e em infraestruturas digitais para ajudar os jovens a adquirirem as competências necessárias para participarem na transição digital.

2. Esta constatação é igualmente válida para a saúde. É essencial dispor de sistemas de saúde eficazes, resilientes e acessíveis. Para isso, é necessário que existam infraestruturas físicas como clínicas, como fábricas e estradas que permitam produzir e distribuir produtos de saúde, bem como mão de obra qualificada, regulamentação adequada e investigação. É por esta razão que a aceleração da execução da Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial e o conseqüente reforço dos sistemas de saúde a nível mundial serão uma prioridade nos próximos cinco anos.

A luta contra a pobreza e o combate contra as desigualdades terão um lugar central na minha abordagem ao estabelecimento de parcerias internacionais. O aumento das desigualdades compromete o avanço no cumprimento de cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Temos de assegurar que tudo o que fazemos, incluindo os investimentos da Estratégia Global Gateway, combate as desigualdades, seja no acesso ao mercado de trabalho, à educação, à conectividade digital ou aos sistemas universais de saúde e de proteção social. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono trabalhar convosco para garantir que o marcador de desigualdade é utilizado para nortear os nossos investimentos, assegurando que estes têm um impacto real e mensurável no combate às desigualdades. Quero promover a utilização do marcador de desigualdade tanto dentro como fora da Comissão.

Também me empenharei em manter a notável trajetória da UE no que respeita à igualdade de género, integrando-a em todas as ações externas da UE e assegurando que o nosso trabalho contribui diretamente para a emancipação

das mulheres e das raparigas. O Plano de Ação III coloca a UE numa posição de liderança mundial. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono consolidar e reforçar essa liderança.

O Parlamento Europeu, enquanto colegislador, terá um papel essencial a desempenhar no reforço da coerência entre as nossas ações internas e externas. De facto, para maximizar os resultados alcançados, a UE tem de ter em conta o impacto externo das suas políticas internas, mantendo um diálogo proativo com os parceiros e, quando se justifique, fazendo avaliações rigorosas de impacto *ex ante*, análises de controlo e avaliação *ex post*, e criando medidas de apoio para atenuar efeitos indiretos negativos no comércio e no investimento. As políticas internas e externas devem ser abordadas de uma forma integrada, dado que se complementam. O objetivo de coerência das políticas já está consagrado nos Tratados. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei no sentido *de integrar as considerações geopolíticas e geoeconómicas na elaboração de políticas do colégio de comissários*.

##### *5. Parceria UE-África e relações com outras regiões*

*A que domínios específicos dará prioridade na parceria UE-África, como espera ganhar a confiança dos nossos parceiros africanos e irá atualizar a estratégia UE-África? Como tenciona assegurar uma abordagem equilibrada para dialogar com outras regiões geográficas no âmbito da sua pasta? Que novas medidas ou iniciativas legislativas da UE, se for caso disso, proporia para alcançar esses objetivos? Como tenciona interagir com os países BRICS+, tendo em conta as consequências para a política de desenvolvimento da UE da expansão e da integração dos grupos?*

Uma parceria em pé de igualdade, eficaz e com benefícios mútuos entre África e a UE será uma das prioridades do meu mandato. África, um continente de oportunidades, é o vizinho mais próximo da Europa. África Alberga cerca de metade das 20 economias que estão a crescer mais rapidamente a nível mundial, tem uma mão de obra jovem e dinâmica e tem recursos naturais abundantes.

Os dirigentes africanos e da UE aprovaram na última Cimeira UE-UA, em 2022, a Visão Conjunta para 2030, que dita a estratégia de interação com África da UE. Esta estratégia define os objetivos da nossa cooperação nos próximos anos. Se a minha indigitação for confirmada, farei por pôr esta visão em prática.

Em muitos países africanos, o crescimento sustentável está ao nosso alcance. Estou determinado em reforçar e aprofundar a parceria UE-África através da execução e do alargamento de pacotes holísticos da Estratégia Global Gateway que dizem respeito a objetivos transformadores e acordados conjuntamente e de oportunidades de investimento concretas. Gostaria de prestar especial atenção em garantir que o setor privado contribui com todo o seu potencial na abordagem da Equipa Europa.

Se a minha indigitação for confirmada, centrar-nos-emos, sob a minha liderança, na construção de cadeias de valor locais e no apoio à industrialização em setores-chave tais como os transportes, as tecnologias digitais e a energia sustentável. A Estratégia Global Gateway tem uma função dinamizadora fundamental, financia projetos de infraestruturas que não só reforçam o comércio regional, mas também promovem a criação de emprego e a diversificação económica.

África é um continente diversificado: será importante adaptar a ação da UE aos contextos regionais, nacionais e locais. Algumas partes do continente continuam a sofrer de conflitos e de instabilidade política, desde o Sael Central ao Corno de África e à Região dos Grandes Lagos. Fora do âmbito da Estratégia Global Gateway, a UE deve apoiar uma abordagem diferenciada e não deixar de intervir em contextos vulneráveis, de apoiar as populações e de promover o diálogo em contextos politicamente difíceis. Se a minha indigitação for confirmada, darei ênfase ao diálogo com os parceiros africanos para responder às suas aspirações num contexto geopolítico em mutação.

Metade dos 300 mil milhões de EUR alocados a investimentos da Estratégia Global Gateway até 2027 destinam-se a África. Devemos utilizar estes fundos em projetos concretos que beneficiem os nossos parceiros africanos sem deixarmos de defender os nossos valores. Os domínios prioritários da parceria África-UE incluem: desenvolvimento económico sustentável e industrialização (cadeias de valor locais); projetos de infraestruturas (por exemplo, redes de transportes, sistemas energéticos, centros logísticos); a transição ecológica e a resiliência às alterações climáticas (para aproveitar o potencial do continente em matéria de energias renováveis); transformação digital (infraestruturas digitais, acesso à banda larga, literacia digital e empreendedorismo); segurança (causas profundas da instabilidade).

A Estratégia Global Gateway é uma estratégia a nível mundial que está a ser posta em prática em todos os continentes. Por exemplo, a UE e os Estados-Membros comprometeram-se a mobilizar pelo menos 45 mil milhões de EUR até 2027 no âmbito da Agenda de Investimento Global Gateway UE-América Latina e Caraíbas. Foi também aprovado um pacote da Estratégia Global Gateway de 10 mil milhões de EUR para a região da Associação das Nações do Sudeste Asiático e foram anunciados 10 mil milhões de EUR de investimento para desenvolver o corredor transcaspiano que liga a Ásia Central e a Europa.

Os projetos têm de ser adaptados aos diferentes contextos locais. Por exemplo, muitos países da América Latina e das Caraíbas solicitaram claramente uma agenda de investimento e têm potencial para beneficiar das cadeias de valor mundiais, mas necessitam de capital, tecnologia e formação para colmatar o défice de investimento. A Ásia Central está a tentar diversificar as suas opções de política externa, desenvolver corredores de transporte e conexões alternativas e aprofundar a cooperação intrarregional. Na região Ásia-Pacífico, as prioridades são a adaptação às alterações climáticas e a atenuação dos seus efeitos, e também a conectividade digital.

Se a minha indigitação for confirmada, promoverei uma abordagem equilibrada e orientada para os resultados nas diferentes regiões em que operamos, com base nos pacotes de investimento existentes.

Em contextos frágeis, a UE deve ser fiel aos seus princípios, mas ao mesmo tempo ter uma abordagem pragmática, adaptando a sua ação às limitações e necessidades dos países parceiros à luz das prioridades políticas da UE. O nosso principal objetivo nestes contextos deve ser o de combater as causas profundas da vulnerabilidade, proporcionando simultaneamente acesso a serviços básicos que salvam vidas e promovendo a resiliência das populações, os direitos humanos e a segurança humana, reduzindo as vulnerabilidades, incentivando soluções pacíficas e, em última análise, promovendo a prevenção de conflitos. Acredito em abordagens integradas, em consonância com o nexa ajuda humanitária-desenvolvimento-paz.

Embora esteja obviamente interessado em dialogar com todos os nossos parceiros, incluindo com as principais economias emergentes, os países BRICS têm pouco em comum e carecem de coerência interna enquanto grupo. Até agora, o recente «alargamento» do grupo foi sobretudo um exercício comunicativo. Se a minha indigitação for confirmada, continuarei a dialogar bilateralmente com os membros do grupo, com exceção da Rússia.

## 6. Migração e cooperação para o desenvolvimento

*Como vê a interligação entre a migração e a cooperação para o desenvolvimento da UE, em especial no contexto das nossas obrigações em matéria de coerência das políticas para o desenvolvimento? Como tenciona abordar as causas profundas da migração irregular e das deslocações forçadas e compromete-se a assegurar o pleno respeito das disposições e metas pertinentes do Regulamento IVCDCI-Europa Global, bem como das obrigações da UE em matéria de direitos humanos? Como prevê que irá decorrer a cooperação e a divisão do trabalho sobre os aspetos externos da migração e da mobilidade com outros comissários, em especial no que diz respeito aos acordos relacionados com a migração, e para assegurar o controlo do PE sobre esses acordos? Como irá reforçar a transparência na utilização dos fundos do IVCDCI-Europa Global no domínio da migração e colaborar com as organizações da sociedade civil, os grupos da diáspora e as comunidades migrantes na conceção e execução de programas de desenvolvimento relacionados com a migração?*

Fatores como o desemprego, os conflitos e a insegurança, as alterações climáticas e os desafios ambientais desempenham um papel determinante na migração a nível mundial. Uma parte desta é irregular. O estabelecimento de um nexa de causalidade claro é difícil devido à interação complexa de fatores de incentivo e de dissuasão.

Combater eficazmente as causas profundas da migração irregular exige, por conseguinte, uma abordagem multifacetada que tenha em conta a diversidade de fatores em jogo. Temos de trabalhar com os nossos parceiros para aumentar a sua capacidade de gestão e de controlo das fronteiras, desmantelar as redes de tráfico de seres humanos e de introdução clandestina de migrantes e trabalhar em conjunto com outros parceiros internacionais, nomeadamente através da Aliança Mundial contra o Tráfico de Migrantes. Temos de tirar partido de todos os instrumentos à nossa disposição, desde a diplomacia à política de vistos e aos incentivos ao comércio e ao investimento. E temos de combater as causas profundas da migração irregular, criando oportunidades de emprego para os jovens, dando-lhes condições para contribuírem para a prosperidade dos seus países de origem, em vez de arriscarem as suas vidas em viagens perigosas.

Temos de agir com determinação e pragmatismo para resolver este problema, em parceria com os principais países de origem e de trânsito. Adotarei uma abordagem de acompanhamento ao longo de toda a rota como forma de

gerir eficazmente a migração. A migração é um desafio multifacetado que exige uma resposta coordenada e abrangente e que exige também coerência entre as iniciativas empreendidas a nível interno e externo nesse domínio.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com o comissário da Administração Interna e Migração e com a vice-presidente executiva responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, a fim de assegurar que a política de migração integra uma estratégia abrangente que inclui o combate às causas profundas da migração irregular. Colaborarei igualmente com a comissária do Mediterrâneo no âmbito do Novo Pacto para o Mediterrâneo, que se centra nas parcerias com os países de origem e de trânsito. O reforço da cooperação transfronteiriça entre os países da Vizinhança Europeia e da África Subsariana é essencial para combater a introdução clandestina de migrantes e para reforçar a gestão das fronteiras externas.

Nos últimos anos, a UE já fortaleceu o seu compromisso com os países parceiros, excedendo a meta indicativa de 10 % do orçamento do IVCDI — Europa Global para a migração e as ações relacionadas com as deslocações forçadas. Estão atualmente a ser executadas mais de 190 ações, num montante de 5,3 mil milhões de EUR, designadamente na África Subsariana, no Norte de África e na região Ásia-Pacífico. Comprometo-me a fazer tudo o que estiver ao meu alcance para alcançar os objetivos que estabelecemos em conjunto.

Estou convencido de que as nossas parcerias internacionais podem desempenhar um papel positivo na prevenção da migração irregular, concentrando os nossos investimentos no âmbito da Estratégia Global Gateway nos domínios em que são mais importantes (por exemplo, no desenvolvimento económico, na educação e na saúde). Ao promovermos oportunidades económicas a nível local reduzimos o apelo da migração. A parceria da UE com a Mauritânia exemplifica isto mesmo: o investimento na energia verde, na saúde e na educação não só estimulou o crescimento, como também proporcionou a criação de postos de trabalho e de perspetivas de futuro que as pessoas ambicionam ter localmente.

Se a minha indigitação for confirmada, seguirei também o princípio «mais por mais». A «abordagem flexível baseada em incentivos» do IVCDI — Europa Global é um bom exemplo de como a ajuda pública ao desenvolvimento oferecida pela UE pode promover uma boa cooperação no domínio da migração, ajudando ambas as partes a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a apoiar as populações na construção de perspetivas de futuro no seu país.

Acredito igualmente que é no interesse da UE manter o seu empenho em zonas de conflito, em países vulneráveis e noutros contextos complexos, nomeadamente para evitar repercussões negativas na UE sob a forma de migração irregular. Nestes contextos, temos de nos concentrar ainda mais na estabilização das comunidades através do desenvolvimento económico, do apoio à governação local e da prevenção de conflitos.

A cooperação na definição de novas vias legais pode também contribuir para reduzir a migração irregular para a UE. As parcerias para a atração de talentos podem ajudar a estruturar a cooperação relativa à mobilidade laboral de modo a impulsionar a competitividade da UE e fazer face à escassez de mão de obra em setores e profissões específicos, promovendo simultaneamente o desenvolvimento de competências e o crescimento económico nos países de origem.

Gostaria de salientar um ponto: todas as medidas que tomamos devem estar firmemente enraizadas no respeito pelo direito da UE e pelo direito internacional, incluindo a Carta dos Direitos Fundamentais da UE e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Trabalharei com o Parlamento Europeu também neste domínio, aproveitando nomeadamente os diálogos geopolíticos de alto nível e mantendo o Parlamento Europeu plenamente informado. Acredito na transparência, nomeadamente no que diz respeito aos progressos alcançados em relação à meta indicativa de despesas relativas à migração prevista no Regulamento IVCDI — Europa Global.

Através do Fórum Político para o Desenvolvimento e das consultas das delegações da UE, a UE deve envolver ativamente as organizações da sociedade civil, os grupos da diáspora e as comunidades migrantes nos nossos diálogos sobre migração.

## 7. Financiamento do desenvolvimento e das necessidades dos países frágeis

*Como tenciona garantir que a ajuda pública ao desenvolvimento da UE é prestada de uma forma mais eficiente, nomeadamente através da localização, e proporciona um financiamento suficiente aos países menos desenvolvidos e países em contextos frágeis, aplicando a «abordagem diferenciada» e a correlação entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a paz, e evitando simultaneamente qualquer utilização indevida de fundos? Tendo em conta o défice de financiamento do desenvolvimento e o aumento dos encargos com a dívida com que se deparam muitos países em desenvolvimento, que iniciativas tenciona tomar, ao nível da UE, da Equipa Europa e a nível multilateral, sobre a mobilização de recursos nacionais, os fluxos financeiros ilícitos e a redução da dívida e gestão da sua reestruturação? Como tenciona mobilizar investimentos do setor privado, incluindo empresas europeias e instituições financeiras europeias de desenvolvimento, bem como agências de financiamento dos Estados-Membros, para reforçar o financiamento? Que abordagem concreta na proposta do próximo orçamento de longo prazo irá sugerir para a sua pasta e como irá contribuir para o trabalho do colégio sobre um «financiamento renovado da ação externa» em termos de recursos e programas para reforçar as parcerias da UE com os países em desenvolvimento?*

Trabalharei para que a UE contribua eficientemente para os esforços internacionais de relançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de colmatar o défice de financiamento anual de 4 triliões de EUR. Antevendo várias medidas futuras que permitirão imprimir maior eficiência à nossa ajuda pública ao desenvolvimento, incluindo no que respeita aos nossos parceiros mais vulneráveis.

Em primeiro lugar, já não nos podemos dar ao luxo de que as nossas iniciativas sejam demasiado amplas, muito fragmentadas ou incorram em duplicação. Temos de otimizar a utilização dos fundos da UE e dos Estados-Membros através de uma abordagem diferenciada, assegurando que a nossa assistência responde às necessidades específicas de cada país ou região, sem deixarmos de prevenir a utilização indevida de fundos. Temos de continuar a tirar partido da abordagem da Equipa Europa e explorar todo o seu potencial através da coordenação a todos os níveis, nomeadamente com os Estados-Membros, tanto na Europa como no terreno nos países parceiros, com as suas redes diplomáticas, com as suas instituições financeiras de desenvolvimento e agências de crédito à exportação, e com o setor privado europeu. Tal permitirá não só aumentar a dimensão, o impacto e a visibilidade da nossa ajuda pública ao desenvolvimento, mas também aumentar a sua eficácia.

Em segundo lugar, a mobilização do setor privado é essencial. Para podermos cumprir os objetivos das nossas políticas públicas, temos de intensificar a nossa colaboração com as empresas locais e com as empresas europeias, bem como fomentar um financiamento privado mais sustentável através da redução dos riscos dos investimentos (nomeadamente através da utilização de instrumentos financeiros inovadores, como é o caso do sistema de garantias do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Mais. A colaboração com instituições como o Banco Europeu de Investimento (a seguir «BEI») e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (a seguir «BERD») também permite a mobilização de instrumentos de financiamento misto. Estes fundos públicos permitirão ações estratégicas e instrumentos financeiros inovadores para mobilizar investimentos privados adicionais. São essenciais para progredirmos no sentido de uma transição descarbonizada e digital.

Em terceiro lugar, devemos trabalhar com os parceiros internacionais para encontrar soluções à escala mundial que permitam mobilizar mais financiamento com condições favoráveis e reformar a arquitetura financeira internacional de modo que cumpra a sua função. A UE tem desempenhado um papel ativo e construtivo nos debates para remodelar o sistema de Bretton Woods e, se a minha indigitação for confirmada, assegurar-me-ei de que continuaremos a fazê-lo no futuro.

É evidente que estas medidas só podem apoiar reformas estruturais nos países parceiros se estes tiverem uma boa gestão das suas finanças públicas. A promoção de melhorias na mobilização de recursos internos, a gestão sustentável da dívida e a luta contra os fluxos financeiros ilícitos têm de ser uma prioridade: é aqui que há mais potencial de desenvolvimento sustentável. A UE deve continuar a apoiar estes esforços através de iniciativas como a iniciativa Cobrar Mais, Gastar Melhor ou como a iniciativa da Equipa Europa para combater os fluxos financeiros ilícitos e os crimes organizados transnacionais conexos.

Nos próximos anos, teremos também de reforçar as iniciativas multilaterais de reestruturação da dívida, como o Quadro Comum para o Tratamento da Dívida do G20, a fim de as tornar mais oportunas e transparentes. Temos também de encontrar soluções eficazes para os países vulneráveis de rendimento médio não elegíveis para o Quadro Comum para o Tratamento da Dívida do G20.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento do Desenvolvimento de 2025, que terá lugar em Sevilha, será um momento fundamental para fazer o balanço dos progressos realizados e para elaborar um plano de ações duradouro.

A nível da UE, o próximo quadro financeiro plurianual será uma oportunidade que não nos podemos dar ao luxo de perder. A adoção do IVCDI — Europa Global representou um avanço em termos de simplificação, transparência e eficácia. No futuro, creio que devemos dar uma orientação mais estratégica à nossa ação externa, tornar os nossos instrumentos mais flexíveis e continuar a alinhar as nossas políticas internas e externas de modo a refletir as prioridades estratégicas europeias. Ao mesmo tempo, nos países que enfrentam contextos complexos, devemos continuar a centrar-nos nas necessidades básicas das populações vulneráveis, com base nonexo ajuda humanitária-desenvolvimento-paz, garantindo que os nossos esforços continuam a ter impacto.

#### Pergunta da Comissão dos Assuntos Externos

*8. Foi incumbido de desenvolver a «marca» Global Gateway com um «acompanhamento e uma apresentação de relatórios eficazes e visíveis, inclusive sobre a mobilização de financiamento privado.» Como tenciona concretamente medir o impacto e os resultados da estratégia Global Gateway? Como tenciona assegurar-se de que o setor privado da UE irá associar-se suficientemente aos esforços para gerar a alavancagem financeira necessária, que não é possível apenas com fundos públicos, especialmente nos casos em que a instabilidade política ou a má governação geram incerteza? Como tenciona reforçar suficientemente a comunicação, a visibilidade e o impacto da «marca» Global Gateway, a fim de contrabalançar as falsas narrativas e a desinformação? Como tenciona estruturar a cooperação para o desenvolvimento em contextos instáveis, em que a marca Global Gateway não seja exequível, e assegurar uma abordagem dos direitos humanos na promoção, manutenção e reforço das relações com os parceiros internacionais, bem como assegurar que a estratégia Global Gateway mantém o seu objetivo de ser uma oferta baseada em valores? Como prevê dar resposta aos desafios colocados por outros modelos de cooperação menos regulamentados, como por exemplo a iniciativa chinesa «Uma Cintura, uma Rota»?*

Sobre o acompanhamento e a apresentação de relatórios com visibilidade, incluindo sobre a mobilização de financiamento privado, veja-se a minha resposta à pergunta 3. Sobre contextos instáveis, por favor veja-se as minhas respostas às perguntas 3, 4 e 5.

A Estratégia Global Gateway procura criar os incentivos e o ambiente adequados para que o setor privado invista de forma sustentável nos países parceiros, a fim de responder às ambições e exigências dos nossos parceiros e ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Se a minha indigitação for confirmada, proponho o seguinte para aumentar a participação do setor privado:

- 1) Aprofundar a colaboração com o BEI e o BERD para aumentar o financiamento de projetos nos países em desenvolvimento. Podemos combinar subvenções da UE com investimentos do setor privado, assegurando que os projetos continuam a ser financeiramente viáveis, contribuindo deste modo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- 2) Assegurar que os investimentos em infraestruturas são acompanhados de investimentos num ambiente empresarial propício, incluindo em termos de capital humano.
- 3) Proporcionar os incentivos adequados para que as empresas integrem os nossos esforços de fomentar o desenvolvimento sustentável, nomeadamente através de instrumentos financeiros inovadores, como o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Mais, que ajuda a reduzir o risco dos investimentos.
- 4) Explorar todo o potencial do Grupo Consultivo Empresarial da Global Gateway para recolher contributos e reações sobre a orientação estratégica da Estratégia Global Gateway.
- 5) Aumentar a sensibilização, tanto a nível da Comissão Europeia como dos Estados-Membros. Os fóruns empresariais podem, por exemplo, ajudar a criar novas ligações e oportunidades.

A forma mais eficaz de combater a desinformação é investir numa estratégia de comunicação positiva sobre a oferta que a Europa disponibiliza a países parceiros. À medida que a Global Gateway passa da fase de arranque para a fase de expansão, respondendo ao pedido de investimentos estratégicos dos nossos parceiros com uma oferta de qualidade, a UE deve também adaptar a sua comunicação para aumentar a sensibilização para a Estratégia

Global Gateway enquanto marca fiável e de confiança. Temos de avançar proativamente para um modo de campanha, apresentando ao público em geral a oferta positiva da Estratégia Global Gateway da UE. Tal exige uma abordagem mais estratégica e focada, impulsionada por campanhas profissionais que cheguem a novos públicos através dos canais que utilizam e com uma mensagem que lhes interessa. Nenhum dos nossos concorrentes propõe uma oferta que corresponda à nossa, temos de garantir que o mundo a conhece.

Em última análise, o impacto da Estratégia Global Gateway enquanto marca será impulsionado pelo sucesso da execução de projetos concretos no terreno. Temos de comunicar enquanto Equipa Europa, a uma só voz, com base nos resultados positivos de projetos emblemáticos. Temos também de assegurar que os potenciais investidores conheçam os benefícios dos nossos projetos.

Além da Estratégia Global Gateway, a UE deve manter recursos específicos para participar em contextos vulneráveis e de conflito. Neste caso, a tónica deve ser colocada nas necessidades mais imediatas da população relativas à alimentação, à saúde e à educação. Nos países governados por governos ilegítimos, se a minha indigitação for confirmada, a minha abordagem é clara: evitar legitimar o governo, mas manter as atividades voltadas para as pessoas e com as pessoas. A total desvinculação acarretaria custos significativos, deixaria um vazio e puniria coletivamente populações já de si em situação vulnerável. Como tal, temos de encontrar uma posição equidistante que seja adaptada à situação específica de cada país.

A Estratégia Global Gateway é a oferta da Europa num ambiente geoeconómico com cada vez mais participantes. A forma mais vantajosa de competir é mostrando resultados: o impacto positivo das nossas iniciativas é o nosso argumento mais forte.

#### Pergunta da Comissão do Comércio Internacional

*9. No que diz respeito às relações comerciais com países parceiros, incluindo um melhor acesso a recursos de importância crítica, que medidas concretas tenciona tomar para se assegurar de que os aspetos comerciais se tornarão mais proeminentes na conceção e execução da estratégia Global Gateway? Concretamente, como tenciona reforçar as ligações e sobreposições entre os acordos de facilitação do investimento e a estratégia Global Gateway e como irá assegurar sinergias com as novas parcerias de comércio e investimento limpos para benefício mútuo da União e dos países parceiros? Como tenciona adaptar a estratégia Global Gateway para fazer face às crescentes tensões geopolíticas comerciais e ao maior papel das economias emergentes (por exemplo a China e a Índia), inclusivamente no continente africano? Como envolverá a Comissão do Comércio Internacional na conceção e execução da estratégia?*

Nos últimos anos, têm surgido novas realidades a nível mundial: a geopolítica e a geoeconomia estão agora interligadas, com tensões e conflitos comerciais crescentes; certos países-chave têm um comportamento mais assertivo, contestando a ordem internacional estabelecida e promovendo modelos de governação alternativos; as relações de dependência estão a ser instrumentalizadas. Há uma batalha de ofertas.

A UE já adaptou o seu modelo de cooperação face ao desenvolvimento destas novas realidades. Tal está consagrado na Estratégia Global Gateway, que responde ao facto de os nossos países parceiros procurarem uma melhor ligação às cadeias de valor mundiais, a criação de valor acrescentado local e resiliência a choques externos.

Enquanto antigo ministro do Comércio, estou ciente da importância e do potencial do comércio. O comércio é um dos principais motores do desenvolvimento sustentável. Entre 1990 e 2017, os países em desenvolvimento aumentaram a sua quota nas exportações mundiais de 16 % para 30 %; durante o mesmo período, a taxa de pobreza mundial caiu de 36 % para 9 %.

Por conseguinte, a UE apoia a facilitação do comércio, em especial pelo reforço do clima de investimento através de medidas não vinculativas (relativas à capacitação, à formação ou ao quadro regulamentar) através do incentivo ao investimento empresarial e à colaboração entre empresas, ajudando assim os países parceiros a criar mais valor acrescentado a nível local e a aceder às cadeias de valor à escala mundial. Se a minha indigitação for confirmada, contribuirei para prosseguir neste rumo.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei no sentido de assegurar que os investimentos da Estratégia Global Gateway sejam desenvolvidos em plena sinergia com as recém-propostas parcerias de comércio e investimento limpos, enquanto componentes complementares da nova política económica externa da UE, em estreita cooperação com o comissário do Comércio e Segurança Económica. Devemos procurar estabelecer com

parceiros-chave parcerias a longo prazo mutuamente benéficas que possam reforçar a competitividade e diversificar as cadeias de abastecimento, reforçando simultaneamente a sustentabilidade e a criação de valor, impulsionando as economias dos nossos parceiros e apoiando a execução da Agenda 2030.

O apoio político e o contributo dado pelo Parlamento Europeu à Estratégia Global Gateway serão fundamentais. Como tal, se a minha indigitação for confirmada, informarei regularmente o Parlamento Europeu sobre a aplicação da estratégia e debateremos a sua expansão, tanto nos debates em sessão plenária como nas reuniões das comissões. Encorajarei igualmente o Parlamento Europeu a tirar pleno partido da sua participação no Conselho de Administração da Global Gateway.

#### Pergunta da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

*10. De acordo com a sua carta de missão, deve trabalhar na construção de parcerias abrangentes e mutuamente benéficas com países terceiros com uma abordagem integrada, de modo a que as políticas económica, humanitária, de desenvolvimento, de paz e de segurança contribuam para o reforço dessas parcerias. O objetivo é combater as causas profundas e os principais motores da migração irregular e lutar contra as redes de traficantes no pleno respeito pelos direitos humanos. Que medidas tenciona tomar para garantir que, em especial no domínio da migração, estas parcerias funcionem com eficácia? Como tenciona garantir que o Parlamento possa exercer a sua supervisão ao longo de todo o processo de criação dessas parcerias, especialmente quando alguns dos seus aspetos poderiam afetar as suas prerrogativas legislativas?*

As orientações políticas do Parlamento Europeu sobre questões relacionadas com a migração são fundamentais. Se a minha indigitação for confirmada, comprometo-me a manter o Parlamento Europeu regularmente informado a esse respeito. Quanto aos demais domínios políticos do âmbito da minha pasta, certificar-me-ei que eu e os meus serviços respeitamos toda a legislação e procedimentos aplicáveis, com vista a permitir o controlo democrático, a transparência e a responsabilização.

A cooperação com os nossos parceiros internacionais é crucial para alcançar a segurança da UE, a estabilidade mundial e o desenvolvimento económico. Trata-se de um instrumento importante para contribuir para uma gestão eficaz e justa da migração, permitindo combater as causas profundas da migração irregular e combater as redes criminosas que dela beneficiam. Tal como referido no Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, a criação de parcerias abrangentes e mutuamente benéficas com países terceiros continuará a ser um elemento importante na abordagem global da UE. Se a minha indigitação for confirmada, o meu objetivo será reforçar essa cooperação com os principais países de origem e de trânsito e apoiar a aplicação efetiva da dimensão externa do Pacto.

Em cooperação com a vice-presidente executiva responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, o comissário da Administração Interna e Migração e a comissária do Mediterrâneo, enviarei esforços para que definamos ações concretas e estabeleçamos uma cooperação operacional das forças de segurança que permita dismantlar a criminalidade organizada transfronteiriça envolvida na introdução clandestina de migrantes, no tráfico de seres humanos, no terrorismo e no tráfico de droga. Trabalharei com parceiros internacionais e com países terceiros para assegurar a proteção dos requerentes de asilo e dos refugiados nos países terceiros de acolhimento e para apoiar as comunidades de acolhimento. Estas iniciativas abrangentes incluem ainda o desenvolvimento de vias legais com os Estados-Membros, nomeadamente através de parcerias para atração de talentos da UE e de regimes de migração circular.

A nossa estratégia de migração deve continuar a basear-se no direito internacional, não deixando de lado o empenho em que os direitos humanos sejam respeitados. Todas as medidas tomadas para travar a migração irregular devem respeitar plenamente os quadros jurídicos internacionais e da UE. Tal inclui a observância da Carta dos Direitos Fundamentais da UE e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Os parceiros de execução devem continuar a ser contratualmente obrigados à apresentação de relatórios periódicos e completos sobre a sua atuação e sobre a situação no país em que a ação financiada pela UE é executada.

A coerência entre as políticas internas e externas é fundamental, em particular no respeito à migração. Em conformidade com as Orientações Políticas, contribuirei igualmente para a Estratégia da UE sobre a Política de Vistos e para um Novo Pacto para o Mediterrâneo, a fim de garantir uma melhor segurança das fronteiras e gerir a migração.

## Pergunta da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros

*11. De acordo com a sua carta de missão, vai continuar a garantir que a UE promove a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo o ODS 5 relativo à igualdade de género, e que a igualdade de género e a capacitação das mulheres e raparigas continuam no topo das políticas da UE em matéria de cooperação internacional e desenvolvimento. Tenciona tomar novas iniciativas para pôr em execução a Plataforma de Ação de Pequim e a Agenda para as Mulheres, a Paz e a Segurança a nível da UE e como tenciona trabalhar para tornar a situação das mulheres e raparigas em conflitos armados uma prioridade da UE? Compromete-se a desenvolver o plano de ação em matéria de género GAP IV? Como tenciona a Comissão abordar a prestação de serviços de saúde e direitos sexuais e reprodutivos no âmbito da sua ajuda humanitária e da cooperação para o desenvolvimento, especialmente no caso das mulheres grávidas provenientes de zonas de conflito, algumas das quais sobreviveram à violência e à violação? Tendo em conta os ataques mundiais contra a igualdade de género e os direitos LGBTIQ+, como tenciona garantir que a UE concede acesso adequado e direto aos recursos por parte das organizações locais da sociedade civil, das pessoas LGBTIQ+ e dos defensores dos direitos das mulheres e respetivas organizações?*

A igualdade de género é um valor fundamental da UE e uma prioridade política na sua ação externa. Além disso é tão somente um princípio da boa governação económica. Há estudos realizados pelo Fundo Monetário Internacional que mostram que o PIB dos países em desenvolvimento pode aumentar quase 8 % através da redução das disparidades entre homens e mulheres nos mercados de trabalho. A eliminação total do desfasamento existente pode aumentar o PIB em 23 %, em média. Se a minha indigitação for confirmada, continuarei a focar-me na igualdade de género não só como um objetivo em si mesmo, mas também como catalisador do desenvolvimento sustentável, do crescimento económico robusto, da boa governação e de paz e segurança duradouras.

O Plano de Ação III promoveu de forma significativa a igualdade de género como uma prioridade estratégica da ação externa da UE. Conduziu a uma abordagem mais integrada nas várias políticas e a um maior apoio aos países parceiros neste âmbito. Se a minha indigitação for confirmada, farei por pôr em prática um plano de acompanhamento ambicioso. Trabalharei em estreita coordenação com outros comissários, incluindo com a comissária da Igualdade e com a AR/VP. Lançarei uma consulta abrangente com todos os parceiros, incluindo o Parlamento Europeu, e com a sociedade civil.

Se a minha indigitação for confirmada, reforçarei a integração da perspetiva de género em todas as nossas parcerias internacionais, incrementarei o número de ações orientadas para questões de género, apoiarei a emancipação das mulheres e desenvolverei novas iniciativas para colmatar as disparidades de género na educação, na participação no mercado de trabalho, no rendimento e no acesso a recursos e serviços.

O aniversário, em 2025, da Declaração de Pequim sobre a Igualdade de Género e da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para as mulheres, a paz e a segurança representa uma oportunidade para reforçar a liderança da UE e tomar medidas decisivas para promover a igualdade de género. Certificar-me-ei de que a UE assinala estes marcos, em estreita cooperação com a AR/VP.

As mulheres e raparigas em conflitos armados exigem uma atenção especial, uma vez que enfrentam riscos específicos (por exemplo, a utilização da violação como arma de guerra), e muitas vezes são deixadas de fora das decisões. A UE deve defender com maior firmeza a participação equitativa e significativa das mulheres na prevenção e resolução de conflitos. Em contextos vulneráveis, deve ser dada prioridade à proteção de crianças e às necessidades dos jovens e das mulheres, por exemplo, no espírito de «de mulher para mulher» no Afeganistão.

A luta contra a violência baseada no género é um aspeto importante do reforço da resiliência às ameaças de segurança, nomeadamente a nível comunitário. No entanto, a violência baseada no género é, acima de tudo, uma terrível violação dos direitos humanos. Se a minha indigitação for confirmada, farei tudo o que estiver ao meu alcance para contribuir para a erradicação deste flagelo.

Existe uma disparidade significativa entre homens e mulheres nos cuidados de saúde. O acesso universal à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos é importante não só para garantir que as mulheres e as raparigas recebem os cuidados de que necessitam, mas também para lhes dar a capacidade de mandarem nas suas próprias vidas.

As organizações de mulheres e da sociedade civil estão na primeira linha da luta pela igualdade de género. São um aliado fundamental na promoção de uma mudança duradoura e redefinidora do género, bem como para chegar às mulheres e raparigas mais marginalizadas. Metade dos fundos da atividade «Spotlight» foram atribuídos a mais de 1750 organizações da sociedade civil. A UE apoia igualmente os defensores dos direitos humanos, incluindo os

defensores das pessoas LGBTI. Mais de metade dos beneficiários do programa «Protect Defenders» da UE (em português «proteger os defensores») são mulheres defensoras dos direitos humanos. Estes são apenas alguns dos muitos exemplos do compromisso estratégico da UE com a sociedade civil no que respeita à igualdade de género e à igualdade das pessoas LGBTI.